

VOL I

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

VOL I

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição- Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comercial. A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. ^a Dr. ^a Sílvia Inés del Valle Navarro Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez
Imagem da Capa	Artem Oleshko
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile



Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College, USA*
 Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha*
 Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
 Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid, Espanha*
 Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia*
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
 Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
 Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
 Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela, Espanha*
 Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
 Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
 Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
 Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
 Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
 Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría", Cuba*
 Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
 Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
 Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
 Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
 Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
 Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
 Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru*
 Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
 Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
 Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências humanas [livro eletrônico] : estudos para uma visão holística da sociedade: vol I / Silvia Inés Del Valle Navarro, Gustavo Adolfo Juarez. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-37-8

DOI 10.37572/EdArt_270621378

1. Ciências humanas. 2. Desenvolvimento humano. 3. Estudos culturais.

I. Del Valle Navarro, Silvia Inés. II. Juarez, Gustavo Adolfo.

CDD 300.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

ESTUDIOS CULTURALES Y DESARROLLO HUMANO

“Só quem pode surgir com o povo é o novo.

E o novo são as crianças.

Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos” ...

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio

São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este libro, titulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge mientras transitamos un momento muy particular para nuestra especie humana, en donde se ve amenazada su existencia en forma global. Es por ello, que debe valorarse el esfuerzo de numerosos autores e investigadores que todavía sienten la necesidad y el deseo de entregar sus esfuerzos en la causa de la difusión de resultados de sus trabajos científicos.

Mientras esperamos soluciones, que resguarden al bienestar en la Salud y con ello en la recomposición de la Economía y Educación, por el retraso que esta situación pandémica produce, queda la esperanza de que el replanteo social en las estructuras de las sociedades nos lleven a valorar los resultados que hasta ahora nos ha permitido sobrevivir. Por lo tanto, en esta obra, donde el conjunto de capítulos reflejan la inherente participación en la diversidad de temáticas planteadas, están agrupados trabajos considerados desde el perfil profesional de cada temática asumida por autores de diversos lugares del planeta.

En el Primer Volumen, que tiene como eje temático **ESTUDIOS CULTURALES Y DESARROLLO HUMANO**, se detallan éstos aspectos que se reflejan en las disímiles comunidades que son estudiadas e investigadas por algunos autores en las problemáticas locales mostrando sus inquietudes, tanto a nivel etario, como de sus actividades, o profesiones.

Esperando que estos trabajos sean de gran aporte a los lectores, les deseamos una buena lectura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

APRESENTAÇÃO

ESTUDOS CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

*“Só quem pode surgir com o povo é o novo.
E o novo são as crianças.
Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos”...*

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio
São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este livro, intitulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge enquanto vivemos um momento muito particular para nossa espécie humana, onde sua existência está ameaçada globalmente. Por este motivo, deve ser valorizado o esforço de inúmeros autores e investigadores que ainda sentem a necessidade e o desejo de se empenharem na causa da divulgação dos resultados dos seus trabalhos científicos.

Enquanto esperamos por soluções que protejam o bem-estar na Saúde e com ela na recomposição da Economia e da Educação, pelo atraso que esta situação pandêmica produz, espera-se que o repensar social nas estruturas das sociedades nos leve valorizar os resultados que até agora nos permitiram sobreviver. Portanto, nesta coletânea, onde o conjunto de capítulos refletem a participação inerente à diversidade das questões levantadas, se agrupam obras consideradas a partir do perfil profissional de cada disciplina assumida por autores de diversas localidades do o planeta.

No Primeiro Volume, que tem como eixo temático ESTUDOS CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO HUMANO, detalham-se esses aspectos que se refletem nas comunidades díspares que são estudadas e investigadas por alguns autores em problemas locais mostrando suas preocupações, tanto em nível de idade, quanto em suas atividades, ou profissões.

Esperando que esses trabalhos sejam de grande contribuição para os leitores, desejamos uma boa leitura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO
GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....1

A DESINFORMAÇÃO NA HISTÓRIA: AS FAKE NEWS NO CASO DREYFUS E NA ERA DIGITAL

[Denise Paro](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213781

CAPÍTULO 2..... 10

INTELIGENCIA EMOCIONAL RASGO Y PERSONALIDAD

[Èlia López-Cassà](#)

[Núria Pérez-Escoda](#)

[Albert Alegre Rosselló](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213782

CAPÍTULO 3..... 20

REVISIÓN TEÓRICA Y EMPÍRICA DEL ESTUDIO DE LAS FORTALEZAS Y VIRTUDES EN EL CURSO DE VIDA ADULTO

[Franco Morales](#)

[Claudia Josefina Arias](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213783

CAPÍTULO 4.....28

PSICOANÁLISIS CON NIÑOS: JUEGO Y SIGNIFICANTE EN EL RECORRIDO PULSIONAL

[Celeste Ghilioni](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213784

CAPÍTULO 5.....36

IATROGENIA Y NUEVA SOCIALIDAD: UN ESTUDIO DE LOS EFECTOS EN EL DESARROLLO DE LA SENSIBILIDAD SOCIAL DE UN GRUPO DE ADOLESCENTES DESINSTITUCIONALIZADOS

[Clody Genaro Guillén Albán](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213785

CAPÍTULO 6 51

MEASURING THE STRUCTURAL VALIDITY OF TWO NORDOFF-ROBBINS SCALES FOR A PATIENT WITH AUTISM

Aline Moreira Brandão André

Cristiano Mauro Assis Gomes

Cybelle Maria Veiga Loureiro

DOI 10.37572/EdArt_2706213786

CAPÍTULO 7 67

ACTIVIDAD SEXUAL, FRECUENCIA Y SATISFACCIÓN DE HOMBRES Y MUJERES MAYORES

Isabel Piñeiro Aguín

Susana Rodríguez Martínez

Iris Estévez Blanco

Bibiana Regueiro Fernández

Marcia Galina Ullauri Carrión

DOI 10.37572/EdArt_2706213787

CAPÍTULO 8 78

A MULHER ENCARCERADA: UM BREVE CAMINHO HISTÓRICO-SÓCIO-CULTURAL DA MULHER E A SUA VULNERABILIDADE

Sylvio Takayoshi Barbosa Tutya

Maria Elisa de Lacerda Faria

Bianca da Silva Muniz

Thamyres Ribeiro Pereira

DOI 10.37572/EdArt_2706213788

CAPÍTULO 9 93

LIDERAZGO FEMENINO BAJO EL BUEN VIVIR Y LA COSMOVISIÓN ANDINA

Carolina Bown

DOI 10.37572/EdArt_2706213789

CAPÍTULO 10 102

LAS NUEVAS FORMAS LABORALES: SU IMPACTO SUBJETIVO Y EFECTOS EN LA SALUD/SALUD MENTAL

María Flaviana Ponce

DOI 10.37572/EdArt_27062137810

CAPÍTULO 11.....109

COHERENCIA ORGANIZACIONAL: EVIDENCIA EXPERIMENTAL SOBRE EFECTOS DE LOS JUICIOS DE COHERENCIA

[Fernando Toro Álvarez](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137811

CAPÍTULO 12..... 119

A GREVE DE 2012 - UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E REAÇÃO CONTRA A APROPRIAÇÃO DO TRABALHO IMATERIAL NA POLÍCIA FEDERAL

[Antônio José Moreira da Silva](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137812

CAPÍTULO 13..... 139

DESIGN E ARTESANATO: PROCESSO DE CRIAÇÃO DE BOLSAS DE CROCHÊ COM REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS

[Zulmira Alves Correia](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137813

CAPÍTULO 14.....144

A ESCOLA MÉDICA DE ANGOLA DE 1791 E A SUA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA GLOBAL: DIFUSÃO DE SABERES AFRICANOS (SÉCULOS XVIII E XIX)

[Fernanda Ribeiro Rocha Fagundes](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137814

CAPÍTULO 15..... 157

RELIGIÃO, ENVELHECIMENTO E DOR: INTERMEDIações ENTRE FORMAS CULTURAIS DE REPRESENTAR O SOFRIMENTO E PRÁTICAS CURATIVAS ENTRE PESSOAS IDOSAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

[Ramiro Esdras Carneiro Batista](#)

[Flávio Pereira Passos](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137815

CAPÍTULO 16..... 170

A RELAÇÃO DE MARIA COM A TRINDADE: SIGNIFICADO PARA AS CULTURAS LATINO AMERICANO E CARIBENHA

[Wilner Charles](#)

DOI 10.37572/EdArt_27062137816

CAPÍTULO 17 183

O PARADOXO DO JORNALISMO NA HISTÓRIA IMEDIATA: ANÁLISE CULTURAL DA EXPERIÊNCIA VIVIDA DE PROFISSIONAIS NO COTIDIANO DE UBERLÂNDIA

Gerson de Souza

DOI 10.37572/EdArt_27062137817

CAPÍTULO 18 197

ATIVIDADE DE INCENTIVO À LEITURA - QUE TÍTULO VOCÊ DARIA PARA ESSE LIVRO?

João Vitor Santos de Souza

Luciana Zago Ethur

Guilherme Schimitt

Shirlei Pezzi Fehndrich

Aparecida Miranda Corrêa

João Vitor Liscano Gomes

Danrlei Melo Maciel

Daniele Felicio Rodrigues

Carine Borges Batista

DOI 10.37572/EdArt_27062137818

CAPÍTULO 19 207

A IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO ATRAVÉS DA ESCRITA

Daiane Luiza Lopes

Alexa Fagundes dos Santos

Carolina Baldissera Gross

DOI 10.37572/EdArt_27062137819

SOBRE OS ORGANIZADORES 213

ÍNDICE REMISSIVO 214

CAPÍTULO 8

A MULHER ENCARCERADA: UM BREVE CAMINHO HISTÓRICO-SÓCIO-CULTURAL DA MULHER E A SUA VULNERABILIDADE

Data de submissão: 17/04/2021

Data de aceite: 05/05/2021

Sylvio Takayoshi Barbosa Tutya

<http://lattes.cnpq.br/0295395937679266>

Maria Elisa de Lacerda Faria

<http://lattes.cnpq.br/4199938738472787>

Bianca da Silva Muniz

<http://lattes.cnpq.br/7663756902617205>

Thamyres Ribeiro Pereira

<http://lattes.cnpq.br/1501278461822481>

RESUMO: A noção de risco individual e comportamento de risco começou a ser substituída, pelo conceito de vulnerabilidade social, que dizia respeito a um conjunto de questões relacionadas aos direitos humanos, gênero, sexualidade, raça/cor e cidadania, entre outros. Muito dos valores discriminatórios salientados séculos atrás dão o seu ar ainda agora nesse início de século XXI, apesar de toda uma formalização de igualdade entre os seres homem, mulher, jovem, criança, idoso, mesmo que todos tenham proteção garantida por leis, democraticamente. A realidade hoje é que existe a violação dos direitos humanos dos

carcerários, mais aparente nos presídios femininos. O sistema carcerário estabelece uma não diferenciação no tratamento com os presidiários homens e mulheres. Para presas com problemas psiquiátricos, faltam hospitais de custódia em muitos estados brasileiros e geralmente não existe tratamento adequado na unidade onde elas se encontram. Com a falta de unidades específicas para portadoras de doenças mentais ou transtornos psicológicos, muitas presas acabam vivendo em meio a população geral, onde são exploradas, às vezes agredidas, ou simplesmente suportadas pelas demais, sem receber o devido tratamento especializado que necessitam.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Violência contra a mulher. Vulnerabilidade. Violação de direitos. Sistema carcerário. Saúde mental.

THE INCARCERATED WOMAN: A BRIEF HISTORICAL-SOCIO-CULTURAL PATH OF WOMEN AND THEIR VULNERABILITY

ABSTRACT: The notion of individual risk and risky behavior began to be replaced by the concept of social vulnerability, which concerned a set of issues related to human rights, gender, sexuality, race / color and citizenship, among others. Many of the discriminatory values highlighted centuries ago give their air even now in the beginning of the 21st century, despite all formalization of equality between men, women, young

people, children, the elderly, even though everyone has protection guaranteed by laws, democratically. The reality today is that there is a violation of the human rights of prisoners, most apparent in women's prisons. The prison system establishes a non-differentiation in the treatment of male and female prisoners. For inmates with psychiatric problems, custody hospitals are lacking in many Brazilian states and there is generally no adequate treatment at the unit where they are located. With the lack of specific units for people with mental illness or psychological disorders, many prisoners end up living among the general population, where they are exploited, sometimes beaten, or simply supported by others, without receiving the proper specialized treatment they need.

KEYWORDS: Gender. Violence against women. Vulnerability. Violation of rights. Prison system. Mental health.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propôs a avaliar os fatores envolvidos no fenômeno da vulnerabilidade da mulher carcerária. Teve como foco principal abordar alguns dos aspectos históricos, culturais e sociológicos do tratamento de gênero, voltado para a pessoa da mulher, incluindo também uma breve visão jurídica frente a existência de legislação específica de proteção à pessoa da mulher. Para tanto se rumou a mostrar ainda, através de um contexto histórico que a mulher sempre recebeu tratamento desvalorizado pela sociedade, a partir mesmo do seio de seus familiares, quer pai ou marido.

Ainda foi traçado um caminho de análise referente às diferenças no tratamento dado às mulheres carcerárias e aos homens carcerários, considerando a existência de uma distorção entre os gêneros, naturalizando a violência e o desrespeito. Mostrando que o homem carrega em si uma construção social passada de geração em geração, a qual carece de alteração para construção (ou reconstrução) de novos pilares para a equiparidade de gênero e conseqüentemente para a valoração do direito da mulher.

Considerando que a saúde é um direito legítimo de cidadania e um princípio fundamental do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, acredita-se que as ações de saúde nesse contexto deveriam ser mais divulgadas e exercidas por uma rede profissional qualificada de apoio à população carcerária feminina brasileira. Porém, lamentavelmente, as prisões configuram-se como “espaços físicos e representações concretas em que o Estado consolida e legitima uma lógica de pseudo cuidado” (BRAUNSTEIN, 2007, p.12). Nesse cenário, conseqüentemente, as condições de saúde das mulheres que vivem sob o sistema prisional ainda são pouco conhecidas no Brasil. A própria escassez do tema aponta para a relevância de investigar esse universo. Contudo, a saúde da mulher no sistema prisional vem sendo pouco abordada nas práticas de saúde e investigações científicas. Frente a essa problemática, para garantir o atendimento

de saúde da população carcerária. Enfim são apontados alguns aspectos valorativos envolvidos na vitimização da mulher, diante de uma sociedade machista e patriarcal.

2 VULNERABILIDADE

Originário da área da advocacia internacional pelos Direitos Universais do Homem, o termo vulnerabilidade designa, em suma origem, grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania (Ayres, J. R. C. M. 2013, pag. 118 apud Alves, 1994, pag. 15).

No meio acadêmico a noção de risco individual e comportamento de risco começou a ser substituída, pelo conceito de vulnerabilidade social, que dizia respeito a um conjunto de questões relacionadas aos direitos humanos, gênero, sexualidade, raça/cor e cidadania, entre outros. O processo de socialização esculpe as identidades sociais, condicionando os padrões de comportamento considerados aceitáveis para cada sexo, faixa etária e classe social, entre outros fatores. Dentre os poucos padrões de comportamento considerados universais pelas Ciências Sociais, estão aqueles relacionados à hierarquia e à assimetria entre os sexos, que instauram uma dinâmica social de dominação e subordinação entre homens e mulheres.

Segundo a revista bioética (2009) em decorrência da reprodução social desses padrões explícitos e implícitos é perpetuada socialmente a crença na posição subalterna das mulheres em relação aos homens, a qual se apoia em um modelo moral embasado nos papéis tradicionalmente atribuídos a elas. Esses papéis se pautam, principalmente, pela adoção do modelo de conjugalidade estável e pelo exercício da maternidade. Nesse contexto, as mulheres tornam-se vulneráveis à medida que perpetuam as marcas cegas desse papel feminino, que são, na verdade, partes irrefletidas de sua identidade social de gênero. Essa circunstância permite associar o processo histórico que condiciona a opressão feminina ao conceito de vulnerabilidade, inerente a tal condição.

Segundo Cioms (2002) apud *Reciis* (2008), a vulnerabilidade pode ser amplamente definida como a incapacidade de proteger os próprios interesses. O problema da vulnerabilidade em relação à pesquisa biomédica é que indivíduos ou populações vulneráveis estão sob maior risco de sofrerem danos devido a uma capacidade reduzida de proteger seus interesses. Participantes vulneráveis podem ser prejudicados por coerção, consentimento livre e esclarecido inadequado, exploração e exclusão da pesquisa e de seus benefícios.

Existem muitas fontes de vulnerabilidade, mas é possível estabelecer uma tipificação básica: a vulnerabilidade intrínseca— causada por características que têm a ver com os próprios indivíduos, tais como doença mental, deficiência intelectual, doença grave, ou os extremos de idade (crianças e idosos). E a

vulnerabilidade extrínseca – ocasionada por circunstâncias externas, como falta de poder socioeconômico, pobreza, falta de escolaridade ou carência de recursos; então, são circunstâncias sociais injustas podem resultar em vulnerabilidade de várias maneiras, cada uma das quais requer diferentes mecanismos para proteger a população. (RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p.Sup.31-Sup.41, Dez., 2008).

De acordo com Recis (2008), a vulnerabilidade extrínseca ocorre quando são negados, injustamente, direitos sociais e políticos a certos grupos. Essa categoria de vulnerabilidade é referenciada como “falta de poder”. Grupos podem ser sujeitados a discriminação institucionalizada em razão de gênero, raça, idade ou sexo. A discriminação institucionalizada pode empurrar os grupos afetados para uma posição subalterna dentro da hierarquia social. Em muitas partes do mundo, as mulheres sofrem dessa forma de vulnerabilidade por viverem em estruturas sociais patriarcais que negam seu direito à autodeterminação. Os povos indígenas também são suscetíveis a discriminação por parte de grupos sociais dominantes. A discriminação e a submissão estruturais podem resultar em vítimas que acreditam ser inferiores a outros membros da comunidade e que, portanto, concluem que não têm o direito ou a capacidade de decidir por si próprias sobre sua participação. Populações que são tratadas como subalternas e que também se vêem como tais são vulneráveis ao comando tanto explícito quanto implícito daqueles em posições de poder.

A falta de acesso a cuidados básicos de saúde é uma forma de vulnerabilidade extrínseca, que se sobrepõe fortemente à vulnerabilidade intrínseca. A vulnerabilidade que acompanha a falta de recursos básicos agrava-se quando as pessoas adoecem ou precisam de cuidados de saúde. A total extensão das necessidades de saúde não satisfeitas em muitos países em desenvolvimento, combinada com a pobreza e a exclusão social, torna as populações, em particular aquelas que estão doentes, altamente suscetíveis a exploração ou coerção (CIOMS, 2002; LONDON, 2005 *apud* RECIIS, 2008).

Quando tratamos de mulheres presidiárias, a situação de vulnerabilidade se agrava, dentro e fora das prisões, pois não recebem a devida formação educacional e ainda são estigmatizadas como ex-presas. A representação da figura feminina criminosa tende a ser de uma mulher jovem, de nível socioeconômico e educacional baixo, desempregada, prostituta, solteira ou separada, procedente de centros urbanos e com dificuldade de acesso aos serviços de saúde, tendo sido presa.

O ambiente prisional oferece altos riscos, pois proporciona maior exposição aos riscos físicos e psicológicos e à transmissão de doenças infecciosas. Aliadas a esses fatores, as características biológicas inerentes à mulher tornam-nas, sobretudo, suscetíveis às DST/HIV, sendo um fator a maior vulnerabilidade por parte das presidiárias, pois essa

população sofre as duras condições do ambiente prisional, incluindo a superlotação dos estabelecimentos penais, a ociosidade e uma deficiente oferta de serviços de saúde, outro aspecto e tráfico que se considerando a motivação, essas mulheres tornam-se traficantes por múltiplos fatores: em razão de relações íntimo-afetivas, para dar alguma prova de amor ao companheiro, pai, tio etc., ou, ainda, envolvem-se com os traficantes como usuárias, com o fito de obter drogas, e acabam em um relacionamento afetivo que as conduz ao tráfico tem também o crime que em geral, as mulheres atuam como coadjuvante, enquanto os protagonistas continuam sendo os homens.

Tais mulheres, exatamente por estarem diretamente ligadas ao objeto final do crime, ou seja, na frente mais arriscada do negócio, são as primeiras a serem presas, enquanto muitos homens passam intenosos à prisão e impunes. A ocupação de posições mais baixas e mais expostas e o recebimento de menos dinheiro, tal qual ocorre no mercado formal de trabalho deixa-as mais vulneráveis à prisionização. (MOURA, 2005:59).

A vulnerabilidade social são muitas dentre estas citadas acima é a realidade que se encontra e a de mulheres afastadas de suas famílias com quadros de depressão. Mulheres expostas à violência e ao assédio sexual que vivenciam a gestação, o parto e a maternidade na prisão. Em alguns casos, perdem a custódia dos filhos e sofrem violações dos seus direitos reprodutivos e em completa violação de seus direitos.

3 ENCARCERAMENTO FEMININO

Falar da mulher e do que ela representa dentro de um sistema social e jurídico não é tarefa fácil, pois, desde sempre ocupou um papel diferenciado, continuamente disfarçado no recolhimento ou na invisibilidade. Além do mais, falar da mulher inclui em seu caminho, obrigatoriamente, o caminho dos homens, dos filhos, da família, dos encantos e desencantos de dada época.

Muito dos valores discriminatórios salientados séculos atrás dão o seu ar ainda agora nesse início de século XXI, apesar de toda uma formalização de igualdade entre os seres homem, mulher, jovem, criança, idoso, mesmo que todos tenham proteção garantida por leis, democraticamente.

Embora haja a equiparação formal, as relações nem sempre se dão de forma equilibrada. Por exemplo, entre homens e mulheres, as diferenças estão presentes com frequência na vida cotidiana. Muitas vezes papéis estereotipados exercidos por ambos deságuam em violência e preconceito. Um preconceito que vem de longe, pois há muito tempo a mulher é vítima de uma sociedade patriarcal, tomada como algo natural.

Ou seja, a mulher se torna então parte de um grupo de “vulnerabilidade” onde sua identidade, interesse e seus direitos são feridos e invisíveis aos olhos da sociedade e do poder público.

Assim, se faz imprescindível um retorno sobre a visão histórico-cultural da figura feminina:

Desde onde se possa remexer na história, a mulher estava sob a guarda do pai ou do marido, sob a autoridade paterna ou marital. Aristóteles já sustentava a autoridade do pai e do marido, baseando-a na desigualdade natural existente entre os seres. A mulher (na Grécia) vivia sem capacidade de deliberação, “é considerada personagem secundária na concepção, semelhante à terra que precisa ser semeada, seu único mérito é ser um bom ventre” (BATINDER, 1985 *apud* REVISTA JurES - v.6, n.13 (2014) p. 31).

Segundo Batinder (1985) *apud* Revista JurES (2014), mais tarde, surge uma nova concepção elaborada pela teologia cristã reforçou a autoridade do homem, quer pai ou marido, principalmente agregando agora à mulher a característica da malignidade, ou seja, derivados dos relatos bíblicos, a reconstrução de Eva e seu pecado em cada mulher transformou as mulheres em seres malignos por natureza.

Os relatos expostos demonstram então, as raízes das ideias que paulatinamente formaram a cultura, onde a mulher é um ser inferior. Tal cultura imergiu nas mentes masculinas (e até nas femininas que se acreditavam desta forma), deixando um traço que é por séculos a fio.

A ordem familiar econômico-burguesa repousa portanto em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos. Mas, ao se outorgar à mãe e à maternidade um lugar considerável, proporciona-se meios de controlar aquilo que, no imaginário da sociedade, corre o risco de desembocar em uma perigosa irrupção do feminino, isto é, na força de uma sexualidade julgada tanto mais selvagem ou devastadora na medida em que não estaria mais colada à função materna. A mulher deve acima de tudo ser mãe, a fim de que o corpo social esteja em condições de resistir à tirania de um gozo feminino capaz, pensa-se, de eliminar a diferença dos sexos. (ROUDINESCO, 2003. A família em desordem, p. 21).

Mas para Roudinesco (2003), “O fato de a paternidade ter sido nessa função autoritária não impediu porém que se sujeitar a todo tipo de fragmentação”. Com a diluição da figura paterna, houve um fortalecimento da presença do feminino, possibilitando assim o aparecimento de novas conquistas da mulher.

O que podemos ver é um longo caminho de discriminação e preconceito formado culturalmente sobre o gênero – mulher. Presente ainda na atualidade. Sendo assim, não é difícil perceber que para “elas” a busca por uma equidade é constante.

Apesar de tantos direitos garantidos constitucionalmente salienta que na realidade são evidenciados índices sociais demonstrando a saúde pública com

deficiência de profissionais, estabelecimentos e equipamentos; a vida humana sofrendo atentados de toda a ordem; a educação pública lutando contra os baixos índices de frequência e qualidade no ensino; a segurança pública sendo ameaçada pelos chefes do crime organizado; as vagas de trabalho diminuindo e a mão de obra aumentando; o judiciário abarrotado de processos com insuficiente contingente de juizes; a infância sendo violentada e prostituída. Todos esses fatores pertencem ao ambiente vivido pela população, promovendo influências dentro do dia a dia tornando a população mais conivente e enrijecida diante de tais fatos.

Se tomarmos como base o fator histórico-cultural do gênero mulher, podemos entender a situação da "Mulher Encarcerada" e alguns dos fatos caracterizam e que interferem nos seus direitos nos dias de hoje. Ao analisar as mulheres que cumprem sanção penal no Brasil, é primordial verificar então, os fatores que contribuem para sua entrada no mundo do crime, portanto não se pode observar com minúcia sem focalizar o ambiente que a cercava antes de ser presa.

Dentro deste contexto está todo o conjunto de fatores negativos existentes na sociedade, como: desemprego, desigualdade social, dificuldades financeiras, fatores psicológicos e patológicos de cada indivíduo, promiscuidade, desvalorização da vida, ausência de coerção estatal, entre muitos outros.

Segundo os dados do Ministério da Justiça e Departamento Penitenciário Nacional (2002), em dezembro de 2007 havia 396.760 homens presos e no mesmo período estavam presas 25.830 mulheres, perfazendo um total de 422.590 pessoas sob custódia penal, demonstrando uma diferença ampla entre ambos, no entanto o número de mulheres encarceradas no Brasil cresceu muito nos últimos anos.

De acordo com Bárbara Musumeci Soares (2002),

Apesar de estarem expostos aos mesmos fatores sociais que atingem a nossa população, as mulheres sofrem, além desses, fatores culturais característicos do gênero. Como maus tratos e abuso sexual sofridos durante a infância e adolescência, violência doméstica por parte de seus companheiros, gravidez precoce, entre outros. Mais de 95% das mulheres encarceradas foram vítimas de violência em algumas dessas situações: na infância, por parte de seus responsáveis; na vida adulta, por parte dos maridos e quando presas por parte de policiais civis, militares ou federais.

Segundo Espinoza (2004) *apud* Makki e Santos (2010), dentre os crimes que mais aprisionam atualmente as mulheres, os relacionados às drogas disparam nas ocorrências, como observa "O crime de maior incidência entre as mulheres presas é o tráfico de entorpecentes", de fato, como uma avalanche desenfreada as drogas tomaram conta de parte da vida dos brasileiros, sejam eles usuários ou traficantes, vítimas ou espectadores, policiais ou presidiários. De acordo com Soares a prisão de mulheres devido ao tráfico

está ligada ao fato de ficarem em posições de menos importância, mais expostas a ação policial, Soares (2002), “O fato delas ocuparem, em geral, posições subalternas ou periféricas na estrutura do tráfico, tendo poucos recursos para negociar sua liberdade quando capturada pela polícia”, e complementando a autora menciona que dificilmente as detentas se intitulam como chefes do tráfico.

Outro fator de suma importância que diferencia a mulher presa do homem preso é a questão da sensibilidade, das emoções, sendo ela mais vulnerável ao cárcere. O gênero feminino tende a sofrer mais com a ausência dos filhos e familiares, a distância dos filhos ocasionada pela prisão é sentida mais nela devido à aproximação decorrente de sua natureza fisiológica materna. De acordo com o Relatório Final elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (2008) Apud Makki e Santos (2010) as mulheres preferem permanecer em estabelecimentos carcerários provisórios insalubres, com superlotação, onde não possuem acesso a direitos, para ficarem perto de seus familiares do que irem para penitenciárias mais aparelhadas longe do acesso de visitas familiares e com possibilidades de trabalho, educação e remição de pena. Na mulher a preocupação com o universo fora das grades é maior, ela tende a priorizar o companheiro e a família enquanto que o homem encarcerado recebe o apoio incondicional de sua mulher, sempre não medindo esforços pessoais para facilitar a vida de seu homem enquanto preso.

Evidencia-se também frequentemente que a mulher encarcerada sofreu influências masculinas diretas ou indiretas que a levaram a sua prisão. Como quando estes as induzem ao cometimento ou participação do crime ou então, a assumir a culpa sozinha para livrá-lo do cárcere, servindo como escudo contra a ação policial e outra vez vítima de sua própria natureza.

Segundo a Lei de Execuções Penais nº 7.627 de (1984) o estabelecimento penitenciário feminino deve ser individualizado, ou seja, a mulher presa não pode ser mantida em estabelecimento que abriga indivíduos homens, se for o caso de estarem no mesmo estabelecimento, deve ser em alas diferentes e sem comunicação entre as mesmas. São formas de proteção que demonstram a preocupação com a mulher e sua dignidade. Porém o que se vê é que os estabelecimentos penitenciários femininos não possuem diferenças senão aquelas necessárias à adequação dos direitos do gênero feminino.

Em todos os Estados existem políticas para viabilizar a estrutura carcerária feminina, contudo percebe-se que nos locais com maior lotação diminui-se a qualidade de vida no estabelecimento e aumentam-se as dificuldades de implantação de melhorias. Ou então quando se fornece acesso à saúde não são disponibilizados lazer ou cultura, ou seja, em alguns se tem quase tudo e em outros nem o básico. Nesta exposição diagnosticaram-se as necessidades dos estabelecimentos prisionais femininos e os

principais problemas enfrentados pelas presas, visando a elaboração de propostas para a solução dos mesmos.

Em suma, os estabelecimentos penais devem efetuar a execução da pena, que possui caráter punitivo, porém deve ser aplicada medidas de reinserção do indivíduo na sociedade, buscando assim um caráter mais socializador, preventivo e educativo. Para tanto precisam proporcionar ao preso condições mínimas de salubridade e segurança durante a estadia, promovendo ações destinadas ao reingresso.

4 VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE MULHERES CARCERÁRIAS

No Brasil, o número de mulheres que vivem no sistema carcerário aumenta a cada dia, com a influência de seus parceiros. Tanto as mulheres como os homens possuem direitos humanos para viver no sistema carcerário, que podemos citar a partir da legislação nacional dos direitos humanos, e da convenção nacional dos direitos civis e políticos, como:

Que nenhum preso deve perder seu direito à saúde enquanto está na prisão. Todos os presos têm garantido o direito a serem tratados com humanidade e dignidade, e o tratamento cruel, desumano e degradante daqueles em detenção é proibido. Também impõe uma obrigação clara aos Estados de garantir o direito de desfrute do padrão mais alto atingível de saúde física e mental para todos os grupos, sem discriminação de qualquer tipo, incluindo-se a relacionada a gênero. (HOWARD, Caroline. 2012)

A realidade hoje é que existe a violação dos direitos humanos dos carcerários, mais aparente nos presídios femininos. O sistema carcerário estabelece uma não diferenciação no tratamento com os presidiários homens e mulheres. Podemos assim dizer, que já é uma manifestação de violação, pois as mulheres necessitam de produtos e cuidados com a saúde diferenciados que não aparece no sistema carcerário.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Caroline Howard em 2012, podemos dizer que o sistema carcerário feminino é falho. Podemos dizer que não existem acomodações adequadas para cada detenta, não se possui ventilação e luz adequadas nas salas, os banheiros e chuveiros quando funcionam são com dificuldade por falta de manutenção. Não se dão atenção às necessidades das detentas grávidas, como o pré-natal, ginecologista, acompanhamento da situação do bebê, e após o nascimento, que muitas das vezes acontece na própria cela, não se separa esta mãe e bebê das outras detentas. Não existem políticas públicas para se defender e cuidar da saúde desta mulher e filho. Além disso, as que não estão grávidas, não possuem médicos à disposição, não possuem remédios para uso, mulheres que são soropositivas não possuem acesso ao menor cuidado que deveria existir.

A política pública no sistema carcerário deveria existir e agir em defesa das mulheres carcerárias. O sistema no presídio não possui nenhum tipo de flexibilidade em visitas e atendimentos para casos em especial, a mulheres que acabaram de dar a luz, a mulheres que necessitam de atendimento médico, podemos dizer que não existe cuidado com essas mulheres, para um cumprimento de pena digna e de forma humanitária.

Além destes casos, não se pensam em creches para as crianças que nascem no presídio, essas crianças se mantêm com as mães até ter idade do governo se tornar responsáveis. Não existem atividades para carcerárias, com objetivo de pensar em uma readaptação futura à sociedade, e formação de habilidades para reinserção da mesma no mercado de trabalho.

Não podemos deixar de pensar na violência que a mulher pode sofrer por chefes de carceragens e policias, durante visitas para “investigação”, interrogatórios, quererem alguma informação do que acontece dentro da prisão, sem falar de violência sexual que pode e veem acontecendo para que as mulheres se consigam “regalias” como: papel higiênico, cigarro, comida melhor e etc.

Muito do que acontece hoje no sistema prisional não tem previsão para mudanças ou providências. Então elas convivem com as dificuldades e desigualdades que acontecem até sua pena acabar, ou até que a morte ponha um fim a isso.

5 SAÚDE MENTAL DA MULHER CARCERÁRIA

Alguns estudos têm apontado que a população carcerária possui taxas maiores de problemas mentais que a população geral. A predominância na comunidade gira em torno de 15%, essa taxa já sobre a população prisional representa 42%. Quando essa taxa é apresentada na população feminina presa, a prevalência de transtornos mentais é maior do que a observada na população masculina. De um a dois terços das mulheres presas necessitam de acompanhamento psicológico ou psiquiátrico e cerca de um quinto tem história de uso de medicação psicotrópica. A prevalência de abuso e dependência de substâncias varia de 10% a 48% entre homens presos, e de 30% a 60% nas mulheres presas. (REVISTA Psychiatry Online Brasil 2015)

O estudo que proporcionou o “Manual de Diretrizes de Atenção à Mulher Presa” também obteve altas prevalências de transtornos mentais na população feminina investigada: 33% das mulheres presas entrevistadas já pensaram em se matar; 58,2% das entrevistadas fazem uso de drogas lícitas; 44% das mulheres presas entrevistadas fazem o uso psicotrópico.

Há várias evidências que indicam uma considerável prevalência de transtornos mentais entre indivíduos encarcerados (Cardoso *et al.*, 2004; Kravitz *et al.*, 2004). Jordan *et*

al. (1996) sugerem que entre um terço e a metade da população carcerária feminina britânica possa apresentar algum tipo de transtorno mental. Teplin (1996) realizou uma série de estudos sobre a prevalência de transtornos mentais graves em homens e mulheres presos na cidade de Chicago (EUA). Quando em comparação com os dados de saúde mental da população geral, a população carcerária apresentava taxas de transtornos mentais três a quatro vezes superiores às da população geral, entretanto as prevalências são ainda mais altas quando se consideram apenas as mulheres presas (excetuando-se a esquizofrenia). Os transtornos mentais mais encontrados foram depressão, abuso de substâncias psicoativas e transtorno de estresse pós-traumático. Aproximadamente 81% das mulheres presas em Chicago apresentaram ao menos um transtorno psiquiátrico ao longo da vida, de acordo com os critérios diagnósticos da terceira revisão do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-III) (Teplin, 1996).

Para presas com problemas psiquiátricos, faltam hospitais de custódia em muitos estados brasileiros e geralmente não existe tratamento adequado na unidade onde elas se encontram. Com a falta de unidades específicas para portadoras de doenças mentais ou transtornos psicológicos, muitas presas acabam vivendo em meio a população geral, onde são exploradas, às vezes agredidas, ou simplesmente suportadas pelas demais, sem receber o devido tratamento especializado que necessitam. Muitas vezes, elas são colocadas no “castigo” (isolamento) porque não conseguem se adequar às regras internas das detentas ou da unidade, ou ainda, são alocadas no seguro por não serem mais aceitas pela população carcerária. Às presas que se encontram detidas em caráter provisório não recebem qualquer atendimento ou consulta médica pra detectar e acompanhar eventuais problemas de saúde mental. É apenas e tão somente a partir da sentença, cuja espera pode durar anos, que essa preocupação pode passar a ser considerada e atendida pelo estado. As consequências dessa omissão são desastrosas. Muitas mulheres com transtornos mentais são colocadas no convívio cotidiano com as demais presas, onde sofrem maus-tratos, até que se descubra que seus atos, não compreendidos e aceitos, são próprios de quem sofre algum transtorno psíquico. Quando uma presa é caracterizada com a doença mental, sofre perigo na mão de outras detentas, que as executam, porque “perturba demais”.

No Brasil, é pouco estudada a questão da saúde mental na população presidiária. O tema é de grande importância pois está vinculado com o crescimento da violência, principalmente nas classes populares, e por presidiárias serem um grupo minoritário basicamente deixado de lado por estudos científicos e por ações de reabilitação. Ou seja, encontrar qualquer informação sobre a população carcerária brasileira é um desafio, pois encontrar até mesmo dados como o número de presas no Brasil pode ser considerado

uma prática quase impossível. A ausência de informação na literatura já demonstra o abandono vivenciado por essas mulheres.

6 PROJETO DE INTERVENÇÃO

Com o número de mulheres presas crescendo a cada dia, favorece com isso a violação dos direitos humanos dessas mulheres, e violências vividas dentro do sistema carcerário. Podemos pensar em mudanças para melhoria deste sistema ou intervenções, como a promoção de saúde, a reorganização e reformulação do sistema prisional, e programas de grupos temáticos.

Na promoção de saúde podemos pensar como hoje a mulher detenta é esquecida pela legislação e pela própria população, que não dá atenção a violação dos direitos que elas sofrem, e as políticas públicas que deixam de lado esse público, que não abarca elas no seu contexto de prevenção e promoção da saúde.

Ausência de uma política ou de ações que observem as especificidades de gênero, inexistência de estabelecimentos adequados ao cumprimento da pena por mulheres, desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos, uso excessivo de medicamentos psicotrópicos e rompimento dos laços familiares são alguns dos problemas que afetam as mulheres presas, população que praticamente triplicou nos últimos 20 anos, apresentando crescimento superior ao dos homens na mesma situação. (IBCCRIM, 2012)

Devemos pensar em olhar para promover a saúde no sistema carcerário, dando atenção básica à saúde, e promovendo a dignidade para este público que a tanto tempo vem sendo esquecido e sofrendo desigualdade e violação de seus direitos. A saúde é um conceito multiprofissional, que envolve os aspectos físicos, psicológicos, biológicos, sociais e identifica que a doença está inteiramente ligada aos contextos sociais, culturais e emocionais. Nos determinantes sociais da saúde, condições econômicas e sociais em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem se dá a configuração da situação de saúde. Então podemos dizer que cabe ao Estado realizar ações coordenadas e coerentes para preservar o ambiente e a saúde da mulher presa.

Olhando para a reorganização e reformulação prisional, podemos prever uma construção de infraestrutura que proporcione a mulher melhor conforto e dignidade, com criações de berçários, salas de aula, sala de atendimento à saúde, locais para desenvolvimento de atividades laborais, local para lazer e locais culturais, local para práticas religiosas, uma melhor organização do sistema. Além de pensarmos em uma reformulação dos funcionários dos presídios, que devem ter consciência das políticas públicas, para que consigam implementá-las no sistema carcerário, oferecendo também a estes funcionários uma melhor apropriação da constituição e direitos das detentas, para

que não ocorra a violação dos mesmos. Deve ser revisado e aplicado todos os direitos das mulheres no sistema carcerário.

Existe também como forma de intervenção os grupos temáticos que tem como objetivo abarcar temas diversos tanto para os funcionários como para as detentas. Nos grupos as questões abarcadas são analisadas, os posicionamentos debatidos entre todos, um consenso é localizado, e podendo ser encaminhado para uma deliberação. Estes grupos precisam ser acompanhados de especialistas para que tenham todas as informações possíveis, formando uma proposta sólida do grupo.

Podemos dizer que se estes projetos de intervenções fossem abarcados poderíamos obter grandes diferenças no sistema carcerário, com toda certeza uma menor violação dos direitos destas mulheres.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi compreendida através de uma análise sócia histórica que ainda se faz presente em nossa sociedade uma distorção entre os gêneros. Formando-se um imaginário cultural e social que permite o desrespeito às mulheres e conseqüentemente a sua vitimização. Tivemos como foco principal, através deste trabalho mostrar como se apresenta a “mulher carcerária” em nossa sociedade e conseqüentemente uma naturalização da violência e um desrespeito contra elas.

Entendemos que na atualidade há elaboração de leis estabelecendo a equiparação, mas que não alcançam a vida concreta, recheada de discriminação e violência. Constata-se, então, que, apesar das mudanças na legislação, existe um desajuste entre a realidade vivida e a realidade das normas de direito, tanto as de equiparação entre mulheres e homens nos presídios, como as de prevenção e contenção da violência e vulnerabilidade como um todo. Foi mostrada então, a complexidade que abrange a trajetória das mulheres e sua vivência nos presídios, relatando a falta de direitos e das más condições em que se submetem.

Evidencia-se uma diferença muito forte em relação à mulher presa e a do homem preso. Não só na questão da falta de uma estrutura pública condizente com as suas necessidades fisiológicas, mas também, na parte emocional, da sensibilidade e das emoções, do qual a mulher se torna mais vulnerável. Porém, o que se percebe é uma dura realidade que diminui a qualidade de vida no estabelecimento carcerário, sem qualquer previsão de melhoria. Nesta exposição diagnosticam-se então as necessidades de melhoria dos estabelecimentos prisionais femininos e os principais problemas enfrentados pelas presas, visando a elaboração de propostas para a solução dos problemas e com isso uma maior dignidade das detentas.

Em suma, quanto ao combate à violência e o desrespeito contra a mulher carcerária, é necessário que além das medidas punitivas haja medidas educativas, cujo intuito seja, em longo prazo, diminuir as influências do machismo na sociedade brasileira. Sendo assim, deve os estabelecimentos penais buscar uma melhor reinserção dessas mulheres dentro da sociedade, buscando assim medidas com um caráter mais socializador, preventivo e educativo. Para tanto precisam proporcionar às presas condições mínimas de salubridade e segurança durante a estadia, promovendo ações destinadas ao reingresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Promoção dos direitos das mulheres: o papel do IBCCRIM. MATSUDA, Alessandra, 2012.

ARAÚJO, Rosangela Cortes; JONAS, Eline; PFRIMER, Irmtraut Araci Hoffmann. Mulheres reclusas e vulnerabilidade ao vírus HIV/aids. **Estudos**, v. 34, n. 6, p. 1021-1040, 2007.

AYRES, J. R. C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**, v. 3, p. 117-140, 2003.

BERTOLOZZI, Maria Rita et al. Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva. **Rev esc enferm USP**, v. 43, n. 2, p. 1326-30, 2009.

BRASIL. **Secretaria da Administração Penitenciária**. São Paulo. Setembro de 2013.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Decreto Lei nº 7.627, de 11 de julho de 1984.

BRAUNSTEIN, H. R. **Mulher encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência**. 2007. Pág. 12. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CORDEIRO, Quirino. MORANA, Hilda Clotilde Penteadó. **Saúde Mental da Mulher Presa**. Psychiatry Online Brasil, v. 19, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.cesec.ucam.edu.br>. Acesso em: 17 mar.2009.

HOWARD, Caroline . **Direito humanos e mulheres**, et al. 2012.

Grupos temático. Conselho de desenvolvimento econômico e social, 2015.

GUILHEM, Dirce; AZEVEDO, Anamaria Ferreira. Bioética e gênero: moralidades e vulnerabilidade feminina no contexto da AIDS. **Revista Bioética**, v. 16, n. 2, 2009.

MAKKI, Salma Hussein; SANTOS, Marcelo Loeblein dos. Gênero e criminalidade: Um olhar sobre a mulher encarcerada no Brasil. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 78, jul 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8080. Acesso em set 2015.

MORAES, Paulo Augusto Costivelli de e DALGALARRONDO, Paulo. **Mulheres encarceradas em São Paulo: saúde mental e religiosidade**. J. Bras. psiquiatr. [online]. 2006 vol.55, n.1, pp. 50-56. Acesso em set 2015.

MOURA, Maria Juruena de. **Porta Fechada, Vida Dilacerada: [AB1] Mulher, Tráfico de Drogas e Prisão: Estudo Realizado no Presídio Feminino do Ceará**. Dissertação de mestrado apresentada no Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará

Pronasci, **Ministério da Justiça. Programa Nacional de Segurança Pública.** Rio de Janeiro, Boletim Segurança e Cidadania, ano 1, n°1, julho de 2002.

Reorganização e Reformulação do sistema prisional feminino. Secretaria especial de políticas para mulheres, Ministério da Justiça. Brasília, 2007.

RIBEIRO, Eny Borgonhone; SAMEIRO, Almir Godinho Jr. **Aspectos históricos, culturais e sociológicos das diferenças de tratamento de gênero.** Revista JurES - v.6, n.13 (2014) ISSN 2179-0167.

ROGERS, Wendy; BALLANTYNE, Ângela. **Populações especiais: vulnerabilidade e proteção.** Revista RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p.Sup.31-Sup. 41 Dez. 2008. ISSN 1981-6278.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SOARES, Bárbara Musumeci. **Retrato das mulheres presas no Estado do Rio de Janeiro.** CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Rio de Janeiro, Boletim Segurança e Cidadania, ano 1, n°1, julho de 2002.

Disponível em: <http://www.cesec.ucam.edu.br>. Acesso em: 17 mar.2009.

VASCONCELOS, Emerson. **A precariedade no sistema penitenciário brasileiro – violação dos direitos humanos.** et al. 2015.

SOBRE OS ORGANIZADORES

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO: Profesora y Licenciada en Física, Doctora en Ciencias Física. Directora del Departamento de Física de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales de la Universidad Nacional de Catamarca, Argentina. Editora de la Revista Electrónica “Aportes Científicos en PHYMATH” – Facultad de Ciencias Exacta y Naturales. Profesora Titular Concursada, a cargo de las asignaturas Métodos Matemáticos perteneciente a las carreras de Física, y Física Biológica perteneciente a las carreras de Ciencias Biológicas. Docente Investigadora en Física Aplicada, Biofísica, Socioepistemología y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a fenómenos físicos-biológicos cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas. Participación en disímiles eventos científicos donde se presentan los resultados de las investigaciones. Autora del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Coautora del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Miembro de la Comisión Directiva de la Asociación de Profesores de Física de la Argentina (A.P.F.A.) y Secretaria Provincial de dicha Asociación.

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ: Profesor y Licenciado en Matemática, Candidato a Doctor en Ciencias Humanas. Profesor Titular Concursado, desempeñándose en las asignaturas Matemática Aplicada y Modelos Matemáticos perteneciente a las carreras de Matemática. Docente Investigador en Matemática Aplicada, Biomatemática, Modelado Matemático, Etnomatemática y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a Educación Matemática desde la Socioepistemología cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas y de la Matemática Discreta. Autor del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Coautor del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Desarrollo de Software libre de Ecuaciones en Diferencias, que permite analizar y validar los distintos Modelos Matemáticos referentes a problemas planteados de índole multidisciplinarios. Ex Secretario Provincial de la Unión Matemática Argentina (U.M.A) y se participa en diversos eventos científicos exponiendo los resultados obtenidos en las investigaciones.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Actividad sexual 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

Adultos 10, 13, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 35, 40, 75, 199

África 144, 145, 146, 149, 154, 155, 167, 178

Amazônia 157, 158

Antropologia da dor 157

Artesanato 139, 143, 200

ASD 51, 54, 60

B

Buen vivir 22, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100

C

Caso Dreyfus 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9

Circulação 144 150, 153, 154

Coherencia organizacional 109

Comunicação 1, 6, 9, 63, 85, 126, 133, 142, 160, 165, 166, 176, 183, 187, 188, 189, 195, 196, 203

Cosmovisión andina 93, 94, 95, 97, 98, 99

Cultura 9, 14, 26, 29, 34, 43, 44, 69, 83, 85, 96, 97, 120, 135, 139, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 153, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 195, 196

Curas e plantas 144

D

Design 20, 100, 139, 140, 143

Desinstitucionalización 36, 37, 39, 45, 47, 49, 50

E

Economia Solidária 139, 140, 142, 143

Ecuador 36, 68, 70, 71, 76, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101

Envelhecimento e práticas terapêuticas 157

Escrita 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Estudos Culturais 183, 185, 194, 195, 196

Evento cultural 198

Extensão universitária 198, 199, 206

F

Fake news 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Fortalezas del carácter 20, 21, 23, 24

G

Gênero 8, 24, 25, 69, 70, 75, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 91, 92, 96, 97, 101, 153, 168, 177, 210

Gerontología 20, 157, 164

H

Historiografia da Mídia 183

Hombres y mujeres mayores 67, 70

I

Identidade 80, 83, 127, 139, 169, 177, 183, 184, 186, 187, 195, 196, 211

Inconsciente 31, 207, 208, 210, 211, 212

Inteligencia emocional 10, 12, 13, 14, 18, 24

J

Juego 21, 22, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Juicio de coherencia 109, 110, 113, 116

L

Latino-Americano 62, 170

Latrogenia 37

Liderazgo auténtico 93, 97, 98

M

Maria 51, 78, 91, 102, 156, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 194, 195, 196

Memória 64, 100, 128, 133, 145, 169, 183, 184, 185, 186, 187, 194, 195, 196

Movimento sindical 119, 120, 121, 130, 131

Music therapy 51, 52, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 63, 66

N

Niños 28, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 47, 50

Nordoff-Robbins Scales 51

Nueva Socialidad 36, 37, 42, 43, 48, 49

P

Personalidad 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 22, 24, 30, 37, 40, 103

PET Agronomia 198, 200, 205

Polícia Federal 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138

Pós-verdade 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9

Práticas sexuais 67, 70, 71, 72, 73, 75

Preocupación social 37, 49, 50

Psicanálise 207, 208, 210, 212

Psicoanálisis 28, 31, 33, 34, 108

Psicología del desarrollo 20, 26

Psicología Positiva 20, 21, 25, 26, 27

Pulsión 28, 32, 34

R

Rasgos de personalidad 10, 11, 12, 15

Reaproveitamento 139, 142

Relação 6, 7, 8, 53, 62, 64, 65, 80, 90, 123, 125, 132, 133, 140, 150, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 195, 198, 202, 205, 210, 211

Representação psíquica 207

S

Saberes 123, 124, 131, 144, 145, 146, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 169

Salud/salud mental 102, 103, 107

Satisfacción sexual 67, 69, 70, 72, 74, 75

Saúde mental 78, 87, 88, 91, 143

Sensibilidad Social 36, 37, 38, 41, 48, 50,

Sentido subjetivo 109, 111, 112, 116

Significante 28, 32, 33, 34, 178, 207, 209, 210, 211

Sistema carcerário 78, 86, 87, 89, 90

Structural validity 51, 53, 54, 61, 65

Subjetividad 102, 103, 116, 117, 118, 132, 137, 158

T

Trabajo 11, 20, 23, 25, 27, 28, 30, 32, 34, 67, 70, 75, 93, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 116, 117, 118, 123

Trabalho imaterial 119, 120, 123, 124, 125, 127, 137

Traço unário 207, 208, 209, 211, 212

Trindade 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182

V

Vejez 20, 21, 25, 26, 69

Violação de direitos 78

Violência contra a mulher 78

Vulnerabilidade 78, 79, 80, 81, 82, 83, 90, 91, 92, 158



**EDITORA
ARTEMIS**